



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 021/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1632/2010 – 49 volumes.

Apensos: Processos nºs. 3307/2010 (6 volumes); 2272/2010; 2287/2010; 3182/2011 (6 volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Manacapuru.

4- Exercício: 2009.

5- Responsável: Sr. Edson Bastos Bessa, ex Prefeito e Ordenador de despesas do Município de Manacapuru.

6- Unidade Técnica: Informações nº 102 /2014 – DICAMI, (fls. 9627 a 9628) e nº 24/2015 - DICAMI (fls. 9654 a 9657- Vol. 49).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 265/2015-MP/ELCM, da lavra da Procuradora de Contas Dra. Elizângela Lima Costa Marinho (fls. 9659 a 9.663– volume 49).

8- Relatora: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Manacapuru. Exercício de 2009.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando ao Poder Legislativo Municipal a **DESAPROVAÇÃO** das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Manacapuru, referente ao **exercício de 2009**, de responsabilidade do Sr. Edson Bastos Bessa, ex Prefeito, conforme art. 1º, I da Lei 2423/96, c/c art. 3º, III da Resolução 09/97-TCE.

10- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 06 de maio 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Júlio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 021/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, e Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro Convocado

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spepe> e informe o código: 0BD8A9B6-F076FFCD-001DF174-300030AB



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 021/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 021/2015)

1- Processo TCE nº 1632/2010 – 49 volumes.

Apensos: Processos nºs. 3307/2010 (6 volumes); 2272/2010; 2287/2010; 3182/2011 (6 volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Manacapuru.

4- Exercício: 2009.

5- Responsável: Sr. Edson Bastos Bessa, ex Prefeito e Ordenador de despesas do Município de Manacapuru.

6- Unidade Técnica: Informações nº 102 /2014 – DICAMI, (fls. 9627 a 9628) e nº 24/2015 - DICAMI (fls. 9654 a 9657- Vol. 49).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 265/2015-MP/ELCM, da lavra da Procuradora de Contas Dra. Elizângela Lima Costa Marinho (fls. 9659 a 9.663– volume 49).

8- Relatora: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Manacapuru. Exercício de 2009.

Contas irregulares. Glosa. Aplicação de multa. Prazo. Representação ao Ministério Público Estadual. Determinação à origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Exma. Sra. Conselheira-Relatora, em consonância, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1 - Julgar IRREGULARES as contas da Prefeitura Municipal de Manacapuru, referente ao **exercício de 2009**, de responsabilidade do Sr. Edson Bastos Bessa, ex-Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 1º, I, II, e art. 22, III, “a”, “c” e “d”, da Lei nº 2.423/96 c/c o art 188, §1º, III da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.2 - Determinar a glosa no valor total de R\$ 8.977.803,69, considerando em **ALCANCE** o responsável, observado o previsto no inciso II, do art 304 do Regimento Interno do TCE/AM, referente aos valores das despesas abaixo discriminadas:

a) R\$ 22.155,50 (vinte e dois mil, cento e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos) em razão de despesas não comprovadas;

b) R\$ 8.593.161,08 (oito milhões, quinhentos e noventa e três mil, cento e sessenta e um reais e oito centavos), em razão de despesas não comprovadas com Ações e Serviços Públicos de Saúde;

c) R\$ 18.931,30 (dezoito mil, novecentos e trinta e um reais e trinta centavos), em razão da inexistência de bens patrimoniais;

d) R\$ 343.555,81 (trezentos e quarenta e três mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e um centavos), em razão da diferença encontrada na comprovação do saldo para o exercício seguinte, que foi no montante de R\$



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 021/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 021/2015)

12.052.652,19, com o valor apurado pela Comissão de Inspeção através dos extratos e conciliações bancárias na ordem de R\$ 11.689.096,39.

9.3 - Aplicar MULTA, ao Sr. Edson Bastos Bessa, ex-Prefeito e Ordenador de Despesas do Município de Manacapuru, no valor de R\$ 8.768,25, (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), por atos praticado com graves infrações as normas legais e/ou regulamentares de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial art. 308, inciso VI da Resolução nº 04/2002 e art. 54, inciso II da Lei n. 2423, de 10.12.1996;

9.4 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento da multa aos cofres da **Fazenda Estadual**, com comprovação perante a este Tribunal, acrescido de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art 72, III, da Lei nº 2.423/96 e art 169, I, da Resolução nº 04/02, autorizando desde já a inscrição do débito na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.5 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento do valor de **glosa** imposta aos cofres da **Prefeitura Municipal de Manacapuru**, com comprovação perante a este Tribunal, acrescido de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art 72, III, da Lei nº 2.423/96 e art 169, I, da Resolução nº 04/02, autorizando desde já a inscrição do débito na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste tribunal de Contas.

9.6 - Representar ao Ministério Público Estadual, nos termos do art. 1º XXIV, da Lei nº 2423/96, c/c art. 190 da Resolução nº 04/2002;

9.7 - Determinar à origem estrita observância da Lei Complementar nº 06/91, Resolução nº 07/2002 e Lei 8.666/93 (art. 2º, 3º, 23, parágrafo 5º e 38);

9.8 - Determinar o arquivamento, por perda de objeto, do Processo 3370/2010 – 6 volumes (apenso), referente à Inspeção Extraordinária realizada na Prefeitura Municipal de Manacapuru, no exercício de 2010, uma vez que a matéria bem como a conclusão é igualmente tratada nos autos da Prestação de Contas nº 1632/2010.

9.9 – Determinar o arquivamento, por perda de objeto, do Processo 2272/2010 (apenso), referente a DENÚNCIA do Sr. ÂNGELUS FIGUEIRA, Prefeito Municipal de Manacapuru, quanto a não entrega da documentação contábil pelo ex Prefeito, uma vez que a matéria é igualmente tratada nos autos da denúncia nº 2287/2010.

10- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 06 de maio 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, e Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral